



## ENSINO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE – CAMPUS MARACANAÚ: DO ACESSO AO DIREITO À EDUCAÇÃO

FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE, KELVIANE PONTES VIEIRA

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<rejane.bezerra@uece.br>, <rejane.bezerra@uece.br>

DOI: 10.21439/conexoes.v11i6.929

**Resumo.** O presente artigo analisa como a assistência estudantil se operacionaliza no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará - Campus Maracanaú, enfatizando seus impactos na vida dos discentes e as percepções destes sobre essa política. A pesquisa envolve uma análise sobre a assistência estudantil a partir de uma pesquisa empírica nos cursos de Licenciatura em Química e Ciências da Computação do Campus Maracanaú. Os sujeitos da pesquisa foram cinco jovens que estão finalizando seus cursos e um jovem que concluiu o curso em 2014. Nesse percurso foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de informações junto aos discentes. Os resultados levam à conclusão de que a política de assistência estudantil reflete a possibilidade de olhar as juventudes e seu ingresso no ensino superior como um processo que não se limita ao acesso, mas que exige um conjunto de ações que percebam este público como uma categoria que por si é diversificada, e ao longo deste caminho enfrenta diversos desafios que podem incidir diretamente em seu processo educacional. A assistência estudantil se operacionaliza com o intuito de minimizar os impactos resultantes das diversas manifestações da questão social na vida dos discentes, depreendendo-se que sua atuação junto a estes sujeitos acarreta uma série de efeitos como: o incentivo ao desenvolvimento acadêmico, a oportunidade de aproximação com a prática profissional, relativa independência financeira, entre outros.

**Palavras-chaves:** Ensino Superior. Assistência Estudantil. Juventude.

**Abstract.** This article analyzes how the student assistance is operationalized at the Federal Institute of Education, Science and Technology of the State of Ceará - Campus Maracanaú, emphasizing its impact on the lives of students and perceptions of these on this policy. The research involves an analysis of the student assistance starting from empirical research in the Degree courses in Chemistry and Computer Science Campus Maracanaú. The study subjects were five young people who are finishing their courses and a young man who completed the course in 2014. In this way we used the questionnaire as information collection instrument with the students. The results lead to the conclusion that the student assistance policy reflects the possibility of looking at youths and their access to higher education as a process that is not limited to access, but it requires a set of actions that can realize that public as a category which in itself is diverse and along this path faces several challenges that may relate directly to your educational process. The student assistance is operationalized in order to minimize the resulting impacts of the various manifestations of the social question to the lives of students, it being understood that their work with these guys also entails a number of purposes such as encouraging the academic development, the opportunity approach with professional practice on financial independence, among others.

**Keywords:** Higher education. Student assistance. Youth.

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto em que se inserem as políticas de expansão da educação superior vale considerar, conforme ressalta LIMA (2007), que deve ser uma expansão pautada na defesa intransigente da educação pública e gratuita e do financiamento exclusivo para as universidades públicas, entendendo a educação como um direito e garantindo, desta forma, acesso e permanência que sejam condizentes a este entendimento.

No que concerne à permanência observa-se que até o ano de 2010, as reflexões e as ações do governo estavam focadas principalmente no acesso ao ensino superior, enquanto as novas iniciativas visam possibilitar também a permanência dos discentes. Nessa perspectiva, através do Decreto nº 7234/10 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) passa a ter por finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Dividido em nove artigos, o PNAES aponta aspectos relevantes como, por exemplo, a minimização das condições de desigualdades sociais para permanência e conclusão do ensino superior; sua articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão; o público alvo que inclui prioritariamente de estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, observando, contudo, os demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

O referido Plano prevê ainda as áreas em que ocorrerá o trabalho, a saber: moradia, transporte, alimentação, creche, atenção à saúde, inclusão digital, cultura e esporte. No que confere ao seu financiamento, o plano conta com recursos do Ministério da Educação, que repassa para as instituições federais de ensino, e estas ficam responsáveis em estabelecer os critérios e metodologias de seleção de alunos de graduação a serem selecionados.

Sabe-se que a construção de uma política passa por um processo que se constitui de lutas e discussões entre os sujeitos sociais. Portanto, o decreto que aprova a instituição do PNAES também se processou sob esta mesma marca. Segundo Franca, a elaboração do Decreto acima mencionado:

[...] teve como uma das suas principais fontes, as discussões promovidas pelos dirigentes das instituições federais de ensino superior através das intervenções e publicações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), especialmente as pesquisas sobre o Perfil socioeconômico dos estudantes das

instituições de ensino superior (realizadas em 1996-1997; 2003-2004) e o documento intitulado Plano Nacional de Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de 2001. (FRANCA, 2013, p.1)

O acesso à educação e sua permanência são direitos preconizados na Constituição Federal brasileira, contudo, o fortalecimento das desigualdades sociais materializadas pelas múltiplas faces da questão social e o viés neoliberal em que se desenvolve esta política acaba por segregar o público que acessa a este direito.

Neste sentido, a assistência estudantil surge como medida que objetiva a diminuição destas desigualdades no que concerne à permanência de qualidade na política de educação. Portanto, a assistência estudantil, segundo Alves trata-se de uma política que “transita em todas as áreas dos direitos humanos” (ALVES, 2002, p.1), dando ênfase à educação superior e ao papel das universidades, seu acesso, as dificuldades de permanência dos discentes nas IES e constitui-se como um direito e um espaço de cidadania.

Em seu estudo acerca da assistência estudantil, França traz uma crítica aos documentos norteadores do PNAES que segundo a autora, acabam se “distanciando da perspectiva do direito e consolidando uma política marcada pela seletividade no acesso e focada nos estudantes carentes.” (FRANCA, 2013, p.2), ressaltando a necessidade de resgate da real concepção de direito para a partir daí elaborar novos moldes para a assistência estudantil.

A análise realizada por França apreende ainda que o modo seletivo de concessão da assistência estudantil, frequentemente chamada de auxílios ou bolsas, evidencia que a ampliação de vagas nas IES não é seguida pelo aumento dos recursos destinados às ações da assistência estudantil. Destacando ainda que:

Os critérios socioeconômicos ao invés de identificarem os estudantes que demandam a assistência estudantil são convertidos, na prática, em mecanismos de seleção, evidenciando que os recursos destinados a esta área, apesar do aumento progressivo registrado, não vem sendo suficiente para o atendimento das necessidades sociais apontadas pelos estudantes (FRANCA, 2013, p.3).

A análise sobre a Expansão das Universidades Federais realizada pelo MEC em 2012, aponta os benefícios atendidos pelo PNAES entre os anos de 2008 e 2011, revelando que as políticas de assistência estudantil ex-

trapolam as ações específicas voltadas para a permanência dos estudantes de baixa renda. Aponta também o crescimento exponencial no quantitativo de benefícios concedidos em aproximadamente 544%.

Este crescimento pode ser compreendido como positivo, na medida em que, diz respeito ao maior atendimento das necessidades dos alunos. Por outro lado, ao se tomar por base a análise feita anteriormente sobre a fragilidade dos critérios de seleção, observa-se que ao passo em que aumenta o número de beneficiados, constata-se significativamente o aumento das situações de vulnerabilidade social.

Estudos destacam ainda a importância da Assistência Estudantil para a inserção de alunos egressos da educação superior no mercado de trabalho. Como por exemplo, pode-se citar o estudo comparativo realizado por Vargas, entre estudantes ex-bolsistas e aqueles que não receberam bolsa ao longo de sua formação acadêmica. A autora evidencia que a Assistência Estudantil representa um importante instrumento de equiparação em termos de acesso ao mercado de trabalho entre estudantes que não necessitaram da assistência estudantil e os que necessitaram, possibilitando que esses se tornem profissionais mais qualificados e ampliando as possibilidades de ascensão social (VARGAS, 2011).

No que concerne à efetivação do PNAES, em termos de recursos humanos e em especial nos Institutos Federais, temos os (as) assistentes sociais como principais profissionais atuantes em sua operacionalização. Sobre essa atuação na área da educação é interessante entender que,

A inserção de Assistentes Sociais na educação responde, sobretudo, às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil (??, p.38).

Destacam-se algumas competências específicas destes profissionais na política de educação, que se expressam em ações articuladas nas diversas dimensões da atuação profissional, ressaltam-se as abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação; a intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos; a dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional e que não deve estar desvinculada das demais dimensões do tra-

balho profissional; a dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos sujeitos em questão entre outras (??, p.53).

Desta forma, diante das múltiplas dimensões da questão social, a assistência estudantil é planejada para criar condições que minimizem as desigualdades sociais, em especial na política de educação superior. Sua efetivação, contudo, é um desafio, uma vez que a política educacional e o PNAES necessitam manter-se em consonância com as transformações cada vez mais latentes na sociedade brasileira e que exigem uma visão crítica e abrangente da realidade social.

## 2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A democratização do acesso à educação superior trouxe consigo o desafio da evasão escolar, proveniente de diversas causas, que se vinculam não apenas ao cotidiano do ambiente educativo, mas também às relações que o estudante mantém com sua família, demais sujeitos sociais, e às políticas governamentais. A realidade brasileira revela que:

[...] Hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos. A ênfase na equação estudo e trabalho não desconsidera que juventude é tempo de formação educacional, cultural, e que, portanto, tempo de lazer e divertimento também deve ser garantido como direito (??, p. 27-28).

??, p. 99) contribuem também para a análise ao discorrerem que:

Ante a conjuntura atual, a própria educação, que deveria ser um elemento vital de estabelecimento de relações solidárias, socialização e elaboração de identidades e emancipação humana, passa a ser compreendida como um instrumento de formação de pessoas para disputarem uma posição no mercado de trabalho.

Esta disputa advém da crise de expansão do capitalismo, trazendo consigo o fenômeno do desemprego, que afeta drasticamente a população jovem, visto que a condição competitiva deste segmento social é inferior a dos adultos, situação que favorece a inserção laboral destituída, muitas vezes, de direitos trabalhistas.

Considerando a educação superior no Brasil como elemento de análise, observa-se claramente o delineamento das dimensões de política acima analisadas, principalmente a partir da promulgação da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. A partir de então, a educação superior é posta em diversos documentos governamentais, como componente relevante para o desenvolvimento social e sustentável do país.

Após mais de uma década de um efetivo movimento político na área da educação superior, advindo de medidas governamentais influenciadas por ditames dos organismos internacionais, consolida-se um modelo cujo foco é a democratização e permanência dos estudantes nos cursos superiores.

Em sintonia com esta referência, uma série de programas e projetos são postos na agenda governamental, conjuntura esta edificada por reivindicações dos movimentos sociais no momento de construção da Constituição Federal, as quais impulsionaram a inclusão de dispositivos constitucionais que permitem a participação da sociedade nas ações e decisões do Estado brasileiro. Nas palavras de ??, p. 11):

[...] o processo de democratização é complexo. Os programas de governo têm permitido expressiva expansão de matrículas no terceiro grau. No entanto, há grande preocupação por parte de estudiosos na qualidade do ensino das IES, tanto públicas quanto privadas, e na permanência desses discentes na universidade. Segundo Lisboa (2003), é importante considerar também a parcela da população que ingressa no ensino superior (grau de acesso) e a proporção da população que conclui esse nível de ensino (grau de conclusão). Muitas vezes, a proporção de egressos (grau de conclusão) desses alunos é muito menor que o número de ingressantes (grau de acesso). É preciso, então, investir em criar subsídios que garantam ao universitário sobreviver às necessidades da vida acadêmica universitária, tais como: auxílio alimentação, moradia, bolsa trabalho, orientação e apoio pedagógico, apoio psicossocial e orientação vocacional, dentre outras.

E em meio a este debate que ocorre a implantação

da política de assistência estudantil nas Instituições de Ensino Superior, atrelada ao movimento de expansão desse nível de ensino, dotado de uma proposta de política inclusiva, que pretende subsidiar e apoiar os estudantes das camadas sociais pobres durante a realização de um curso de graduação.

E foi nesse processo que o Governo Lula instituiu, a partir de 2008, através da Portaria Normativa nº 39, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - passando a ser regulado pelo Decreto Presidencial No. 7.234, a partir de 2010, o qual irá subsidiar o REUNI para o alcance de suas metas.

O dito Decreto dispõe que: “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (Parágrafo Único).

As diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). são: I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de Educação Superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da Educação Superior com a Educação Básica (BRASIL, 2007).

Importa destacar a compreensão de que as políticas de acesso à educação superior devem também articular-se às políticas afirmativas e de permanência na educação básica, garantindo que os segmentos menos incluídos da sociedade possam realizar e concluir a formação com êxito e com qualidade, como fator efetivo e decisivo no exercício da plena cidadania e na inserção no mundo do trabalho.

A luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à implantação de medidas que garantam a permanência dos estudantes, desde o transporte, a alimentação e a moradia até o suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática. Independente dos avanços terem sido conquistados na ampliação de garantias materiais em algumas Instituições

de Ensino Superior para os estudantes, não se pode perder de vista a perspectiva da universalidade no compromisso da assistência estudantil como direito.

Adentrando no universo de nossa pesquisa, destacamos que o Decreto 7.234/2010 contribuiu para que os profissionais da Rede Federal de Educação Profissional realizassem uma ampla discussão em Fortaleza/CE, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010, objetivando o delineamento de diretrizes para a política de assistência estudantil no Instituto, contando com a atuação efetiva do Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Em 2011, dando continuidade aos trabalhos realizados em 2010, foi formado um grupo de trabalho composto por dez membros, formado por dois participantes de cada região do Brasil, sendo um gestor e um profissional que atuava na área de assistência estudantil.

Neste mesmo ano foi aprovada, pelo Conselho Superior do IFCE, a Resolução 023, de 20 de junho de 2011, que trata do Regulamento de Auxílio ao Discente. Os auxílios existentes na assistência estudantil do IFCE, segundo esta Resolução, são os auxílios: moradia, alimentação, transporte, óculos, EJA, visitas e viagens técnicas, acadêmico, didático-pedagógico, discentes mães/pais e a Bolsa de Trabalho.

A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é operacionalizada pelas Diretorias de Assuntos Estudantis e Coordenadorias de Serviço Social. A equipe multiprofissional básica que atua na assistência estudantil em cada campus é formada por psicólogo, assistente social e pedagogo.

Os critérios de seleção para a assistência estudantil no IFCE, de acordo com o artigo 9º. do Regulamento de Auxílio ao Discente, são: I – encaminhar requerimento do auxílio à Coordenação do Serviço Social ou setor equivalente, acompanhado da seguinte documentação: a) Comprovante de renda mensal per capita familiar de até um e meio salário mínimo vigente; b) Xerocópias da conta de energia elétrica, RG e CPF.

A intenção agora é apresentar os caminhos e resultados da pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia é indispensável no estudo científico, pois se trata do caminho que será traçado e que unido ao conhecimento e às técnicas possibilitarão o alcance dos objetivos almejados. Portanto, entende-se como metodologia:

O caminho do pensamento e a prática exer-

cida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) (DE SOUZA, 2013, p.14).

Com o intuito de investigar uma dada realidade fez-se uso do estudo de caso, que se trata de uma abordagem metodológica que visa compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos (ARAÚJO, 2008). Nas palavras de Yin: "Estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas"(????, ???? apud YIN, 1989).

Para o percurso da pesquisa fez-se inicialmente a utilização da pesquisa bibliográfica. Para Severino, "a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza tendo como base o registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, o pesquisador desenvolverá seus estudos a partir das contribuições já esboçadas." (SEVERINO, 2008, p.122).

Lançando mão do arcabouço teórico, realizou-se a pesquisa de campo, que objetivou primeiramente perceber a realidade dos sujeitos da pesquisa. Essa observação foi muito importante uma vez que contribuiu para o entendimento e esclarecimento de alguns elementos centrais de análise.

Finalmente, o objetivo geral da pesquisa foi compreender a relação entre as juventudes e a assistência estudantil. E os objetivos específicos foram: analisar o perfil do público alvo da assistência estudantil no semestre 2014.1, compreendendo como a mesma tem contribuído para a permanência dos jovens na instituição de ensino; apreender qual o significado da assistência estudantil para os alunos beneficiados; identificar os impactos ocorridos após o recebimento dos auxílios da assistência estudantil.

A aproximação com a temática de estudo ocorreu, sobretudo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Maracanaú onde se realizou a experiência de estágio supervisionado do curso de serviço social. A partir de então, foram iniciados os estudos sobre a temática, uma vez que a compreensão sobre o assunto representava total relevância para o melhor aproveitamento da experiência profissional/acadêmica.

Outro elemento que contribuiu de modo relevante para o interesse e aprofundamento do estudo foi o levantamento sobre a Assistência Estudantil realizado

neste período, pois foi possível obter dados sobre os discentes assistidos por esta política no IFCE - Campus Maracanaú. Foi durante esse processo que houve a seleção de 6 discentes entre os cursos de Licenciatura em Química e Ciências da Computação para a realização da presente pesquisa.

A escolha dos cursos de Licenciatura em Química e Ciências da Computação deveu-se a maior facilidade de acesso aos discentes dos referidos cursos. Do total de alunos matriculados, fez-se um recorte a fim de selecionar o público da pesquisa, tendo como critérios a faixa etária, o semestre cursado pelo discente e o tempo de recebimento do auxílio. Desta forma, o estudo teve como público alvo estudantes finalistas dos cursos de Licenciatura em Química e Ciências da Computação entre o 6º e o 8º semestres, que tinham recebido algum dos auxílios por pelo menos 1 ano e incluídos na faixa etária de 15 a 29 anos.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco jovens que estão finalizando seus cursos e um que concluiu recentemente. Sendo estes pertencentes à faixa etária entre 21 e 28 anos, e contando ainda com 4 discentes do sexo masculino e 2 discentes do sexo feminino, que serão aqui nomeados de “Discentes”. Destes, 5 jovens estudam e trabalham e apenas 1 só trabalha.

O interesse no estudo partiu ainda das vivências como bolsista de iniciação científica no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE), onde foi possível unir as experiências de estágio no IFCE - Maracanaú aos estudos teóricos de juventude e educação, em especial quando da inserção como pesquisadora na pesquisa “Juventude e Assistência Estudantil: do direito social à efetivação de uma política pública democrática nos Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará”, que possibilitou maior aproximação com textos e pesquisas na área da educação, da assistência estudantil e com profissionais de serviço social que atuam efetivamente na operacionalização do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no IFCE.

A aproximação ao objeto de estudo possibilitou com maior clareza a observação dos fenômenos recorrentes no local de pesquisa, bem como maior envolvimento com a realidade dos sujeitos. Segundo Severino: “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. (SEVERINO, 2008, p.123).

A aproximação com os sujeitos da pesquisa ocorreu principalmente devido a facilidade de acesso a discentes

pertencentes aos cursos. Todos responderam de modo solícito o questionário sugerido para a pesquisa, onde tiveram a oportunidade de expor sua opinião e suas concepções a respeito da política de assistência estudantil.

A pesquisa abrange ainda abordagens de natureza qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (2001) estes dois tipos de pesquisa não são incompatíveis, ao contrário, possuem uma posição complementar: “A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. (GOLDENBERG, 2007, p.33).

Neste percurso também foi necessária à utilização do questionário para a coleta de informações junto aos discentes, este tipo de instrumental tem por objetivo obter o conhecimento sobre as opiniões, crenças, sentimentos, expectativas e situações vivenciadas por parte do objeto de estudo. Os próximos tópicos apresentam alguns dos resultados da pesquisa.

#### **4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA OPERACIONALIZAÇÃO NO IFCE CAMPUS MARACANAÚ: OLHARES E VIVÊNCIAS DISCENTES**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE - Campus Maracanaú) está situado no Polo Industrial da cidade de Maracanaú e oferta cursos em três grandes áreas: “Telemática”, “Química e Meio Ambiente” e “Indústria”. O Campus conta com uma estrutura física que compreende laboratórios, salas de aula climatizadas, quadra de esporte, piscina, entre outros equipamentos. O IFCE - Campus Maracanaú como Instituição Federal de ensino superior oferece aos alunos a Assistência Estudantil, tendo como suporte legal o Decreto 7.234/10, que dispõe acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme descrito anteriormente. O Regulamento de Assistência Estudantil do IFCE (RAE) é o principal documento que operacionaliza a assistência estudantil na Instituição, que tem como referência o PNAES. Conforme o seu Artigo 1º, o ERA: deve priorizar o atendimento às situações de vulnerabilidade social e psicológica, visando à formação integral do estudante, garantindo a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e ampla divulgação dos recursos, benefícios e serviços da assistência estudantil, no âmbito de cada campus e ainda, incentivar a participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil. Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil:

Possuem dois eixos norteadores, sendo o pri-

meiro definido como ‘serviços’ que visam atender a toda a comunidade discente, e o segundo, ‘os auxílios’ que se destinam ao atendimento prioritário ao discente em situação de vulnerabilidade social (Art.3º- Regulamento da Assistência Estudantil do IFCE, 2014)

O referido Regulamento dispõe ainda que os auxílios devem ser concedidos em forma de pecúnia, considerando-se a disponibilidade orçamentária e financeira destinada ao IFCE. Compreende-se por serviços “uma ação continuada como: atendimento biopsicossocial, merenda escolar e acompanhamento pedagógico, sendo universal a todos os discentes”. (??).

Com o intuito de operacionalizar a assistência estudantil no IFCE-Campus Maracanaú formou-se uma equipe interdisciplinar foi formada com o intuito de que as diversas áreas pudessem integrar conhecimentos em sua atuação.

Essa equipe interdisciplinar é composta por: enfermeira, pedagogas, nutricionista, psicóloga e assistentes sociais. Estas últimas são responsáveis por todo o processo que envolve a concessão dos auxílios. Essa equipe atua na assistência estudantil propriamente dita e também elabora e desenvolve projetos que integram os conhecimentos das diversas áreas, buscando a intervenção na realidade dos alunos.

No que diz respeito aos auxílios, a concessão é realizada por meio de um edital semestral, elaborado pelas assistentes sociais, com exceção do auxílio óculos, cujo pedido pode ser efetuado no decorrer do semestre, sendo concedido apenas uma vez por ano a cada aluno.

Em se tratando do acompanhamento dos discentes, algo muito interessante ocorre com aqueles que recebem o auxílio formação. Este auxílio, anteriormente chamado de “Bolsa Trabalho”, tem por objetivo oportunizar ao discente uma aproximação com sua área de atuação.

Tendo em vista o êxito das atividades em desenvolvimento e o surgimento de novas demandas para a assistência social, novas metas já foram propostas para melhorar a operacionalização da assistência estudantil na instituição, valendo destacar as seguintes: inserir a família do discente na vivência acadêmica, buscando uma parceria para o acompanhamento e o desenvolvimento das atividades propostas; Estimular a criatividade e iniciativa dos discentes para criação de grupos autogeridos que trabalhem temáticas por eles definidas; Destinar recursos específicos para ações decorrentes dos projetos interdisciplinares entre outros.

#### 4.1 Assistência Estudantil no IFCE - Campus Maracanaú e o Perfil do Público Alvo

Iniciamos o estudo através da análise dos dados contidos nos formulários que cada discente preenche no processo de requerimento dos auxílios. Os dados coletados em 2014 retratam o sexo, faixa etária, semestre em curso, turno de estudo e local de residência dos bolsistas. No período em análise, 181 discentes do ensino superior participaram do processo de requerimento pela primeira vez e aqueles que renovavam seus auxílios. Dos auxílios oferecidos em 2014, o ‘auxílio transporte’ apresentou maior contingente de discentes, representando 81% do total dos auxílios, seguido do ‘auxílio discentes mães e pais’ e do ‘auxílio óculos’ com 7%, e finalmente, do ‘auxílio moradia’ com 5% dos discentes.

Quanto ao perfil dos discentes que participam da assistência estudantil no eixo “auxílios”, alvo desta pesquisa, observou-se que 54% são do sexo feminino e 46% do sexo masculino. Deste público, a maioria está inclusa na faixa etária de 16 a 25 anos.

Outro dado apontado pelo levantamento foi em relação ao local de residência dos discentes inseridos na assistência estudantil. As principais localidades apontadas foram Fortaleza e Maracanaú, embora outras localidades tenham sido citadas, porém em quantidade bem menor. Importa destacar que mais da metade dos discentes são residentes da cidade de Fortaleza. Este dado nos leva a refletir sobre as constantes migrações de estudantes no atual contexto de expansão da educação superior, que no caso dessa pesquisa pode ser justificada pelas áreas dos cursos ofertados pelo campus Maracanaú, que abrangem os ramos da tecnologia e da indústria e/ou pela infraestrutura da instituição.

Segundo CARROCHANO (2013) as tensas e intensas transformações no âmbito do ensino superior nas últimas décadas podem tornar profícuo um renovado olhar para os jovens universitários. No âmbito desta reflexão podemos citar a assistência estudantil como uma estratégia que atua na perspectiva de permitir que os jovens completem seu ciclo de aprendizagem no ensino superior e possam adentrar de modo qualificado no mercado de trabalho.

Desta forma, a política de assistência estudantil reflete a possibilidade de olhar as juventudes e seu ingresso no ensino superior como um processo que não se limita ao acesso, mas que exige um conjunto de ações que possam perceber este público como uma categoria que por si é diversificada, e que ao longo deste percurso enfrenta diversos desafios que podem incidir diretamente em seu processo educacional.

A atuação da assistência estudantil aos sujeitos acar-

reta uma série de efeitos, como por exemplo, o incentivo ao desenvolvimento acadêmico, a oportunidade aproximação com a prática profissional, relativa independência financeira.

A análise a seguir considera o perfil dos jovens inseridos na política de assistência estudantil no IFCE-Campus Maracanaú, participantes do levantamento em 2014, realizado pela equipe de assistência estudantil, tendo como interlocutores 6 (seis) discentes dos cursos de Licenciatura em Química e Ciências da Computação que apresentaram suas concepções e opiniões em relação a esta política.

Desde o início do contato com os discentes foi possível perceber que a assistência estudantil, como toda política social, também acarretava uma série de impactos para seu público alvo. Vale lembrar que, segundo o PNAES (2010), a assistência estudantil é um programa cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Desta forma: “Acredita-se que as ações no âmbito das Políticas de Assistência aos estudantes não podem limitar-se ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidade social.” (ASSIS, 2013).

Este entendimento sobre a assistência estudantil extrapola as abordagens que relacionam esta política somente aos aspectos financeiros. O contato com os discentes comprovou que sua operacionalização compreende ações para além do repasse financeiro. Observe o que diz o Discente 1: “A assistência estudantil é todo tipo de assistência financeira ou não, prestada ao estudante. Acredito que a assistência se estende desde os auxílios financeiros ao acompanhamento pedagógico do aluno”.

O discurso dos entrevistados aponta que a assistência estudantil, operacionalizada pela equipe interdisciplinar por meio dos auxílios, tem cumprindo o objetivo de contribuir para a permanência dos discentes, quando destacam:

Sem ela eu não teria condições de se fazer presente em todas as aulas e participar dos eventos propostos pelo curso (Discente 6).

Com certeza, principalmente no início do curso, quando minha condição econômica era mais difícil, era extremamente necessário o auxílio transporte para conseguir realizar o deslocamento ida/volta ao campus (Discente 3).

Outrossim, a assistência estudantil deve considerar

os jovens em suas variadas dimensões e realidades, realizando ações com o objetivo de:

Incluir não apenas indivíduos em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza; uso de substâncias psicoativas, entre outras. (??, ?? apud ASSIS, 2013)

Por outro lado, os impactos advindos da assistência estudantil podem atingir resultados para além da busca de permanência dos discentes na instituição de ensino superior. O depoimento abaixo é esclarecedor:

Não teria desistido da minha vida acadêmica se não tivesse recebido o auxílio, mas com certeza teria muitas faltas devido a falta de dinheiro para pagar as passagens de ônibus, ou não teria batido xerox de muitos livros que necessitava. Como eu passava o dia na faculdade, eu tinha que comprar almoço quase todos os dias que se for fazer o cálculo, sai bastante caro no fim do mês. Juntando todos esses gastos, posso afirmar que o auxílio me ‘amparou’ bastante nesse período universitário (...) (Discente 5).

No que diz respeito à vida acadêmica, algumas respostas dos jovens pesquisados apontam para uma relação direta entre o auxílio recebido, em sua maioria o auxílio transporte, e o incentivo ao melhoramento no desempenho da vida acadêmica. O Discente 1 revela que: “No meu caso eu tinha uma necessidade muito grande de ter esse auxílio (...) o auxílio me fez pensar em manter meu desempenho acadêmico num nível bom”.

Ainda em relação ao desempenho acadêmico, percebe-se que a contribuição da assistência estudantil apresenta-se de modo evidente, principalmente através da fala do discente 4: “através do trabalho de pesquisa que exerço no laboratório consegui aprovar artigos, ir para congressos e conhecer de fato o mundo acadêmico”.

O entrevistado refere-se ao auxílio formação, revelando que ao longo do período em que está inserido no laboratório de pesquisa tem percebido nitidamente avanços em seu desenvolvimento acadêmico. Aponta ainda que os impactos da assistência estudantil atingem outros âmbitos de sua vida: “também houve uma mudança financeira, tornando-me mais independente dos meus pais” (Discente 4).

Apreende-se que a assistência estudantil possui papel relevante para os discentes para além da permanência na instituição, seus impactos articulam elementos que dizem respeito tanto à formação acadêmica em si, como a outros aspectos que favorecem uma “formação ampliada” para os jovens discentes entrevistados.

Ainda com relação ao desempenho acadêmico outro entrevistado apontou:

(...) quando, por exemplo, há o atraso da verba, a dificuldade aumenta, e o meu rendimento acadêmico diminui por não poder comparecer a todas as aulas e atividades do campus o auxílio me possibilita estar presente no campus em todas as aulas o que faz com que o meu rendimento acadêmico melhore (Discente 6).

Nessa direção, Oliveira e Vargas apontam que:

É possível que a assistência estudantil se firme, não só como uma política pública de permanência, mas também de formação completa dos estudantes. A elaboração de projetos em áreas que abranjam não só questões acadêmicas propriamente, mas também aspectos da realidade vivida pelos alunos tornam-se fundamentais para garantir uma formação plena e de qualidade (??, ?? apud ASSIS, 2013, p. 119).

Com relação às mudanças ocorridas após o recebimento do(s) auxílio(s), notou-se que estão direcionadas ao aspecto financeiro. Estas mudanças estão consequentemente relacionadas à diminuição do nível de dependência em relação aos pais ou outros responsáveis por seu sustento. Conforme o Discente 2, a principal mudança foi: “financeira, pois me deu mais tranquilidade”. E para outro: “também houve uma mudança financeira, tornando-me mais independente dos meus pais”. (Discente 4). E o Discente 5 diz que: “(...) Mais independência familiar. Segurança financeira para continuar o curso”.

Vale destacar agora os aspectos positivos e negativos da assistência estudantil no IFCE - Campus Maracanaú, segundo os entrevistados:

Acredito que a Assistência Estudantil permite que alguns alunos permaneçam na instituição, isso pra mim é bastante positivo. Entretanto, na minha opinião isso não deve ser ferramenta para que o aluno atendido pela assistência seja dependente. Penso que a própria

assistência deve incluir um plano de organização em que o aluno possa depender menos dessa assistência ou até mesmo não depender mais dela (Discente 1).

Foi possível identificar que os jovens criticam a operacionalização da assistência estudantil e veem a necessidade de que esta política vise à emancipação dos sujeitos e não a consolidação da dependência em relação à mesma. O Discente 4, por exemplo, aponta novamente para a importância da assistência estudantil enquanto ferramenta que possibilite a permanência do discente na instituição. Sua fala remete ainda à relevância dos serviços oferecidos no IFCE- Campus Maracanaú:

Existem diversos aspectos positivos, ajudando os discentes a permanecerem na instituição através dos auxílios financeiros, o crescimento acadêmico com o auxílio formação, os serviços fornecidos de saúde, psicologia, entre outros que são de suma importância (Discente 4).

Os entrevistados apontaram também algumas fragilidades da assistência estudantil quando ressaltam a limitação de recursos: “temos o fato de a assistência estudantil nem sempre abranger todos os discentes, situação compreensível devido a limitação de recursos” (Discente 2). Por sua vez, o processo de renovação e avaliação dos auxílios foi considerado frágil, conforme indica o Discente 6:

Deveria ser algo constante para aqueles que já ganharam o auxílio e não ter que solicitar semestralmente, e deveria ter uma melhor avaliação para o processo, pois sabemos que da mesma maneira que tem alunos que realmente necessitam do auxílio há aqueles alunos que recebem, mas que não tem necessidade (Discente 6).

As reflexões dos discentes pesquisados contribuem para a compreensão de que a assistência estudantil no IFCE - Campus Maracanaú tem cumprido seu papel enquanto política que visa minimizar as diversas expressões da questão social na vida dos jovens. Em contrapartida, neste processo pontuam-se como evidência os impactos causados por esta política na vida dos discentes, destacando-se como mais relevantes o desempenho acadêmico, a relativa independência financeira e a garantia do direito de ir e vir através do recebimento do(s) auxílio(s).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil, tendo como marco legal o Decreto 7.234/2010 (PNAES), tem sido a principal ferramenta atuante no âmbito da permanência de discentes na rede federal de ensino superior. No caso do IFCE - Campus Maracanaú, esta política operacionaliza-se por meio de uma equipe interdisciplinar que atua através da oferta de serviços, auxílios e programas que buscam efetivar esta política como um direito.

Ao longo da pesquisa notou-se que os jovens discentes atestam que a assistência estudantil tem acarretado significativos impactos em suas vidas. Observou-se de fato, que o PNAES no IFCE - Campus Maracanaú tem se operacionalizado de modo a viabilizar a permanência dos discentes. Isso representa um aspecto positivo na medida em que evita a evasão, permite a participação dos discentes nas atividades propostas para cada curso e na garantia de seu direito de ir e vir.

Este fator, no entanto, não sinaliza que a assistência estudantil no IFCE - Campus Maracanaú não é passível de críticas ou de avanços. O melhor acompanhamento dos discentes e a avaliação das atividades são colocados como pontos necessários para a melhor efetivação desta política.

Percebeu-se ainda durante a pesquisa no IFCE – Campus Maracanaú que a assistência estudantil tem se reduzido ao simples recebimento mensal do auxílio financeiro por parte de muitos discentes, acarretada pela compreensão equivocada a respeito desta política como uma ajuda oferecida pela instituição, eliminando desta forma o entendimento da mesma como um direito. Em muitos casos essa noção torna-se frequente devido à necessidade de adequação a critérios socioeconômicos exigidos aos discentes pela própria política.

O acompanhamento sistematizado dos discentes, tanto no setor de serviço social, como no desenvolvimento de projetos no âmbito da assistência estudantil, através da equipe interdisciplinar se torna fundamental, uma vez que há diversas demandas cujas respostas fogem das possibilidades financeiras.

Ressalta-se que este processo de aproximação do discente com as assistentes sociais é algo bastante frequente no Setor de Serviço Social do IFCE - Campus Maracanaú, o que sinaliza de certa forma, uma relação de confiabilidade em relação às profissionais.

Finalmente, considera-se que, diante do contexto de expansão do ensino superior e tendo como foco principal as juventudes como sujeitos alvo deste processo, a política de assistência estudantil tem contribuído para a permanência dos jovens no IFCE – Campus Maracanaú. Permitindo, além disso, a efetivação de outros direitos concernentes a sua condição de jovens cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. de M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. *Serviço Social em Revista*, v. 5, n. 1, 2002.

ARAÚJO, C. e. a. Estudo de caso. métodos de investigação em educação. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade de Minho, 2008. Disponível em: <<http://grupo4te.com,sapo.pt/estudodecaso.pdf>>. Acesso em: 22 de set. 2015.

ASSIS, A. C. L. d. e. a. As políticas de assistência estudantil: Experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. in: *Revista gual*, v. 6, n. 4, p. 125-146. Florianópolis. 2013.

BRASIL. Decreto presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que institui as diretrizes do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão federais das universidades federais- reuni. 2007.

CARROCHANO, M. C. Jovens trabalhadores: Expectativas de acesso ao ensino superior. in: *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 23–44, mar. 2013.

DE SOUZA, M. C. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANCA, K. R. de O. *A assistência estudantil no contexto atual da expansão da educação profissional*. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://udxhokq9.preview.yawl.com.br/v3/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=836&Itemid=132](http://udxhokq9.preview.yawl.com.br/v3/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=836&Itemid=132)>. Acesso em: 18 mar. 2015.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LIMA, K. *Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do Novo Século*. São Paulo: , 2007.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. in: *Educar*. Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008.

VARGAS, M. d. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da ufmg. in: *Avaliação*. Campinas, Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149–163, mar. 2011.

YIN, R. K. *Case study research - design and methods*. USA: Sage Publications Inc., 1989.